



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 124/125

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO
Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA
4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK
5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Natálio Stica
Líder da Oposição Durval Amaral
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Valdir Rossoni
PMDB Antonio Anibelli
PP Duílio Genari
PT Elton Carlos Welter
PDT Barbosa Neto
PSL Luiz Carlos Martins
PL Mauro Moraes
PPS Ratinho Júnior
PSB Dr. Luciano Ducci

Representação Partidária

PMDB - 10: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 05: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 03: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 04: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 106ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE DEZEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Carlos Simões e Ratinho Júnior.

Às dezessete horas e quinze minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há expediente a ser lido, nem oradores inscritos.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que revoga a Lei nº 7.257, de 30.11.79, alterada pelas Leis nº 7.812, de 29.12.83 e 9.174, de 29.12.89, ficando automaticamente extinta a taxa de segurança por ela criada. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 246/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam revogados os itens 8.2.4, 8.2.4.1, 8.2.4.2, 8.2.4.3, 8.2.4.4, 8.2.4.5, 8.2.4.6, 8.2.4.7, 8.2.4.8, da Tabela 8, da Lei nº 9.174, de 29 de dezembro de 1989, que alterou a Lei nº 7.257/79, alterada pela Lei nº 7.812/83.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO - Presidente e Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 589/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que determina a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVES, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Paraná. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 589/2003
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná**

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criada em cada uma das Associações de Pais e Mestres - APM, vinculadas aos estabelecimentos estaduais de ensino, uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Violência Escolar - CIPAVE.

Art. 2º - As CIPAVES terão como objetivo:

I - reconhecer as situações de risco de acidentes e violência nas escolas;

II - solicitar e sugerir medidas para reduzir e eliminar os riscos de acidentes e violência nas escolas;

III - discutir os acidentes e episódios de violência ocorridos com a direção da escola, seus professores e a Associação de Pais e Mestres.

Art. 4º - Compete às CIPAVES:

I - mapear os locais de risco de acidentes na escola e seus arredores;

II - discutir as causas e as circunstâncias em que ocorreram os acidentes e os episódios de violência;

III - recomendar medidas de prevenção e acompanhar sua execução;

IV - estimular o interesse pela segurança na comunidade escolar;

V - estimular o cumprimento do regulamento da escola e das instruções relacionadas à limpeza e conservação do prédio, das instalações e dos equipamentos;

VI - promover um programa interno de prevenção de acidentes e violência.

Art. 5º - As CIPAVES terão composição paritária de representantes de alunos, pais, professores e funcionários.

§ 1º - Os diretores e vice-diretores das escolas serão membros natos das CIPAVES.

§ 2º - Os membros das CIPAVES escolherão entre seus pares um presidente, um vice-presidente, um secretário e um vice-secretário, bem como seus respectivos suplentes para representá-los em casos de impedimento.

Art. 6º - O Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 299/2004, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça - Ofício nº 1842, que altera o artigo 1º e o parágrafo único da Lei nº 11.171/95 e dá outras providências. (Ministério Público). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 299/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado a redação do *caput* do artigo 1º e de seu parágrafo único e acrescentado parágrafo 2º, da Lei nº 11.171, de 06 de setembro de 1995:

“Art. 1º - O vencimento do Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná é fixado em R\$ 4.732,91 (quatro mil setecentos e trinta e dois reais e noventa e um centavos).

§ 1º - A remuneração decorrente da fixação determinada no *caput* deste artigo não pode ultrapassar a do Procurador-Geral da República, observada, sempre, a graduação do artigo 47, da Lei Federal nº 8.625/93, no percentual de 5% (cinco por cento), com relação aos cargos referidos nesta lei.

§ 2º - O abono referido nas Leis nº 9.655/98 e 10.474/2002, aplicado ao Ministério Público Estadual pela Resolução nº 07/2003 da Procuradoria-Geral de

Justiça, possui caráter indenizatório, nos termos da Resolução nº 245/2002 do Supremo Tribunal Federal.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do dia 1º de agosto de 2004.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 355/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 1º do Decreto nº 26.086, de 23 de outubro de 1959, que declarou de Utilidade Pública a Sociedade Brasileira Cultural e Caritativa São José. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 355/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada a denominação da entidade Sociedade Cultural e Caritativa São José, declarada de Utilidade Pública pelo Decreto nº 26.086, de 23 de outubro de 1959, para Associação Cultural São José.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 345/2004, de autoria do Deputado Cleiton Kielse, que declara de Utilidade Pública o Centro de Reintegração de Apoio a Família-CRAAF, com sede e foro no Município de Curitiba. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 083/2004, de 29.09.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 345/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Cleiton Kielse, declara de Utilidade Pública o centro de Reintegração de Apoio a Família - CRAAF, com sede e foro no Município de Curitiba.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº

8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 431/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública a Associação Atleta do Amanhã, com sede e foro no Município de Paranavaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/2004, de 22.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 431/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, declara de Utilidade Pública a Associação Atleta do Amanhã, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 409/2004, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, Ensino Médio e Fundamental, com sede e foro no Município de Assaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 409/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado José Maria Ferreira, declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Barão do Rio Branco, Ensino Médio e Fundamental, com sede e foro no Município de Assaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública, a Creche Inácia Dutra Duarte, no Município de Umuarama, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/2004, de 24.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 442/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública a Creche Inácia Dutra Duarte, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 442/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Inácia Dutra Duarte, com sede e foro no Município de Umuarama.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoio: Jocelito Canto.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 587, 641/2003; e 421/2004; e do de Lei Complementar nº 279/2004.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 315/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 324 e 371/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 067, 336, 416, 419, 432, 436, 448, 454, 455, 456, 457 e 458/2004.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária para segunda-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 371/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 587 e 641/2003, 067, 227, 441/2004 e do de Lei Complementar nº 279/2004.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 336, 345, 409, 416, 419, 431, 432, 436, 442, 448, 454, 455, 456, 457 e 458/2004.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 093, 301 e 302/2004.

Levanta-se a Sessão.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias do mês de dezembro ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, José Maria Ferreira, Antonio Anibelli, Barbosa Neto, Elton Carlos Welter, Nelson Justus, Delegado Bradock, Tadeu Veneri, Chico Noroeste, Marcos Isfer e Reni Pereira. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da última Reunião Extraordinária em votação - APROVADA, após solicitação de dispensa da leitura pelo Deputado Antonio Anibelli. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 239/2004 de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL na forma da emenda substitutiva anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 324/2004 de autoria do Deputado Miltinho Pupio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli à emenda de Plenário - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 332/2004 de autoria

do Deputado Augustinho Zucchi. Os Deputados Durval Amaral e Pastor Edson Praczyk solicitam vistas - Concedidas pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 333/2004 de autoria do Deputado Renato Gaúcho. Os Deputados Delegado Bradock e Tadeu Veneri solicitam vistas - Concedidas pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 404/2004 de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 06) Projeto de Lei Complementar nº 408/2004 de autoria do Deputado Delegado Bradock. O Deputado José Maria Ferreira solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 07) Projeto de Lei nº 436/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. O Deputado Tadeu Veneri solicita vistas - Concedida pelo Presidente; 08) Projeto de Lei nº 448/2004 de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 09) Projeto de Lei nº 454/2004 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Os Deputados Tadeu Veneri e José Maria Ferreira solicitam vistas - Concedida pelo Presidente; 10) Projeto de Lei nº 456/2004 de autoria do Deputado Nelson Garcia. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Duílio Genari - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 169/2003 de autoria da Deputada Luciana Rafagnin. Parecer do Deputado Tadeu Veneri, CONTRÁRIO à emenda de Plenário - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos oito dias do mês de dezembro ano de dois mil e quatro, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Duílio Genari, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Tadeu Veneri, Durval Amaral, Antonio Anibelli, Delegado Bradock, Nelson Justus, José Maria Ferreira, Marcos Isfer e Plauto Miró Guimarães. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, enaltecendo a presença do Deputado Hermas Brandão, Presidente desta Casa. A seguir, submeteu a ata da reunião anterior em discussão e votação - APROVADA. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 436/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 454/2004 de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Ani-

belli - APROVADO, com voto contrário do Deputado José Maria Ferreira; 03) Projeto de Decreto Legislativo nº 03/2004 de autoria da Comissão Executiva. O Deputado Nelson Justus solicita vistas - Concedido pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 676/2003 de autoria do Tribunal de Justiça. O Deputado Tadeu Veneri solicita vistas - Concedidas pelo Presidente; 05) Projeto de Lei nº 677/2003 de autoria do Tribunal de Justiça. O Deputado Tadeu Veneri solicita vistas - Concedidas pelo Presidente; 06) Projeto de Lei nº 587/2003 de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Parecer CONTRÁRIO do Deputado Delegado Bradock, à emenda de Plenário - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 641/2003 de autoria do Deputado Renato Gaúcho. Parecer do Deputado Delegado Bradock FAVORÁVEL às emendas de Plenário - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 67/2004 de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Delegado Bradock à emenda de plenário - APROVADO; 09) Projeto de Lei Complementar nº 279/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira à emenda de Plenário - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 421/2004 de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira à emenda de Plenário - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 455/2004 de autoria do Deputada Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 12) Projeto de Lei nº 457/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 458/2004 de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE DEZEMBRO DE 2004**

(quarta-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelo Sr. Deputado Neivo Beraldin e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

Às dezessete horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielese, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimaraes, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 2252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(a) RENI PEREIRA

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 587/2003, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que altera dispositivo da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLÊNÁRIO COM PARECER CONTRÁRIO DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDAS DE PLÊNÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 587/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 587/2003, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Dobrandino da Silva, tem por escopo alterar dispositivo da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Oficiais da Polícia Militar) e da Lei nº 5.940, de 08 de maio de 1969 (Lei de Promoção de Praças da Polícia Militar).

Fundamentação

Diante da síntese supra e chamada esta Comissão a manifestação, salienta-se que em suma a emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 587/2003 visa primordialmente alterar o inciso VIII do artigo 41 da Lei nº 5.944, de 21 de maio de 1969 criando parágrafos, bem como alterar inciso dos artigos 25 e 39 da Lei nº 5940 de 08 de maio de 1969, a saber:

“Art. 41....

.....

VIII - estar sendo processado ou cumprindo pena criminal.”

No que tange o aspecto de estar o policial militar sendo processado, vale dizer tratar-se de aspecto muito subjetivo, uma vez que fere o princípio da presunção de inocência, onde ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória.

Há de se considerar que neste caso específico, assim como em diversas ocasiões, como por exemplo na realização de concursos públicos, os requisitos a serem observados podem ser os mais variados, uma vez que se trata de discricionariedade da administração pública, assim como no caso concreto, para efeito de promoções, o que se busca *a priori* é uma boa conduta do policial para que o mesmo possa ser incluído na lista de promoção. Em sendo assim, leva-se em consideração aquele policial que não possui indícios de realização de crimes, ou seja, que não tenha contra si preventiva decretada e

que não tenha sido preso em flagrante delito, conforme a previsão legal estabelecida na alínea “a” do parágrafo. 1º do artigo 39 da Lei nº 5.940.

Pragmaticamente, pretende-se é a extinção dos dispositivos que trazem como conteúdo tais restrições de estar o policial sendo processado. Como já discorrido acima, vale a consideração quer o extremo rigor dos requisitos realmente podem deixar a desejar por restringirem demasiadamente o acesso à promoção, pois como bem argumentou na justificativa da proposta do projeto de lei, não se pode punir antecipadamente o policial pelo simples fato de estar respondendo a processo criminal, sendo praticamente a mesma situação de ter sido denunciado em processo criminal, (alínea b, parágrafo 1º, artigo 39 da Lei nº 5.940).

Este requisito, além de subjetivo fere o princípio da presunção de inocência previsto na Constituição Federal, pois os indícios de autoria não são necessariamente veementes, e a apreciação das provas será feita durante a devida instrução no transcorrer do processo, não se podendo penalizar o funcionário, impedindo-o de participar da respectivo promoção, sem que esteja devidamente apurado a sua responsabilidade no processo. Como ilustração, poderia com uma simples representação criminal realizada por má fé de um desafeto, impedir a participação do policial militar na promoção, e para piorar a situação deste funcionário público, não caberia nem ao mesmo recurso de tal decisão, como se verá mais a frente.

Em suma, considerando o artigo 5º inciso LVII da Constituição Federal que trata do princípio da presunção de inocência, no entender deste relator o dispositivo constante na primeira parte do inciso VIII do artigo 41 da Lei 5.944/69 de que trata o artigo 1º da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 587/2004, fere o princípio da presunção de inocência, da mesma forma que a primeira parte do inciso V do artigo 25 e primeira parte do inciso VII do artigo 39 da lei nº 5.940/69 de que trata o artigo 2º da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 587/2003.

Ademais, os parágrafos 2ºs do artigo 41 e artigo 39, de que tratam os artigos 1º e 2º da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei nº 587/2003, a saber:

“Art. 41 ...

§ 2º - da decisão denegatória ou da exclusão do Oficial do quadro de acesso de que trata o parágrafo anterior é vedado o pedido de reconsideração de ato ou a de interposição de recurso à instância administrativa superior.

Art. 39 ...

§ 2º - da decisão denegatória ou da exclusão da praça do quadro de acesso de que trata o parágrafo anterior é vedado o pedido de reconsideração de ato ou a interposição de recurso à instância administrativa superior”.

Os parágrafos 2º, mencionados criam uma vedação ao recurso administrativo e desta forma cria uma impossibilidade de prosseguimento ao projeto de lei, uma vez

que a Constituição Federal em seu artigo 5º inciso XXXIV, alínea “a”, a saber:

Art. 5º - ...

XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: (grifo nosso).

a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder;

A Constituição Federal prevê a garantia a todos independente de categoria profissional, seja policial militar, civil, funcionário público ou não, o direito de peticionar, buscando seus direitos, resguardando-os da forma que achar conveniente.

Conclusão

Diante do exposto, a Emenda de Plenário encontra-se óbice legal em prosseguir, devido as inconstitucionalidades materiais ora apresentadas, diante do que apresentado parecer desfavorável a Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 587/2003.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães, Antonio Anibelli, Durval Amaral, Pastor Edson Praczyk e Marcos Isfer.

Em votação o substitutivo da CCJ. Deputados que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda com parecer contrário.

Os Deputados que são favoráveis ao parecer contrário da CCJ, permaneçam como estão.

Rejeitada a emenda.

ITEM 02

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 641/2003, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, que cria o Conselho Estadual de Proteção às vítimas de abuso sexual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDH. COM EMENDA DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 641/2003

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 641/2003 e suas emendas de Plenário em análise, tem por objetivo primordial criar o Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43, parágrafo 1º do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que as emendas apresentadas, pretendem resguardar e fazer pequenas correções gramaticais e alterações e detalhes que em nada alteram a constitucionalidade do projeto de lei, sendo que todas somente contribuem para o aprimoramento da ilustre iniciativa do nobre Parlamentar.

Diante disso, as emendas não encontram óbice em prosseguir por não estarem de acordo quanto ao juízo de admissibilidade.

Conclusão

Diante do exposto, estando apto quanto à constitucionalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável as emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 641/2003, objeto desta análise.

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoiamento:

Duílio Genari, Nelson Justus, Durval Amaral, Marcos Isfer, Antonio Anibelli e Pastor Edson Praczyk.

Temos que votar uma emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Nós votamos o projeto inicialmente, ressalvado a emenda.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, eu infelizmente não estava no meu lugar à hora que foi distribuída a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Vou encaminhar a V. Exa.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Em votação o projeto de autoria do Deputado Renato Gaúcho, ressalvada a emenda que será votada posteriormente. Senhores Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão.

Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Tem diversas emendas. Temos que votá-las individualmente. Primeira emenda do Deputado José Maria Ferreira. Em votação. Em discussão.

Aprovada.

Emenda do Deputado José Maria Ferreira. Em votação.

Aprovada.

Emenda do Deputado José Maria Ferreira. Em votação.

Aprovada.

ITEM 03**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que dispõe sobre os direitos e as garantias do contribuinte e dá outras providências. (Defesa do Consumidor). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo. Aprovada a Emenda de Plenário, com parecer favorável da CCJ.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 279/2004

P A R E C E R :**Histórico**

O Projeto de Lei nº 279/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, cria o Código de Defesa do Contribuinte.

O projeto recebeu parecer favorável das respectivas Comissões, sofrendo emenda modificativa apresentada pelo Deputado Reni Pereira.

Fundamentação

As emendas não apresentam nenhum óbice de natureza legal e constitucional, visando apenas a adequar a redação do projeto de lei, sem alterar o conteúdo.

Entendemos até que as emendas eram desnecessárias, tendo em vista que o projeto de lei foi redigido com rigor técnico, respeitando todas as normas de direito constitucional e tributário.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos favoravelmente à tramitação das emendas.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Delegado Bradock, Duílio Genari, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Pastor Edson Praczyk, Durval Amaral e Nelson Justus.

ITEM 04**VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 421/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 030/2004, que altera o artigo, parágrafos e incisos da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, conforme especifica. (IPVA). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 421/2004

P A R E C E R :**Histórico**

O Projeto de Lei nº 421/2004 - Mensagem 30/2004, de autoria do Poder Executivo, altera artigo, parágrafos e incisos da Lei 14.260, de 22 de dezembro de 2003, conforme especifica.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Finanças, vindo a sofrer duas emendas de Plenário.

Fundamentação

A primeira emenda de plenário visa acrescentar ao artigo 14 da Lei 14.260/2003, o inciso XI, isentando do imposto os veículos de duas rodas com até 150 cilindradas.

A segunda emenda visa incluir um desconto de 5% no pagamento do imposto efetuado dentro dos prazos previstos nos artigo 11.

As emendas não apresentam nenhum óbice de natureza legal e constitucional, tendo a Assembléia Legislativa competência para legislar sobre a matéria nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual que assim dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Delegado Bradock, Antonio Anibelli, Duílio Genari, Nelson Justus, Durval Amaral, Marcos Isfer e Pastor Edson Praczyk.

Temos que votar agora a emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ.

O SR. NATÁLIO STICA (Para Encaminhar)

Vou encaminhar contrário às duas emendas de Plenário.

Umas das emendas isenta os veículos de duas rodas até 150 cilindradas, que são as motos.

Não tem justificativa. Estou imaginando que a justificativa mais coerente seria que há muitas motos que trabalham. Se esta é a justificativa, não vejo motivo para fazer isenção, já que a grande maioria dos veículos que pagam IPVA também são usados para trabalho. Uma diminuição no valor do IPVA para as motos, poderíamos discutir, mas a isenção pura e simples traz prejuízo ao Estado do Paraná e aos Municípios.

Portanto, encaminhamos contrário a essa emenda.

A outra emenda versa sobre o artigo 22, onde quer baixar o valor do IPVA.

(Lê a emenda)

Está tentando nesta redução de valor, dizendo que tivemos um aumento no índice do IPVA. O índice do IPVA é o mesmo, diga-se de passagem, o menor índice aplicado na Federação. O índice nosso, é 2,5%, enquanto a maioria dos Estados brasileiros está com o percentual de 4% até 5%.

Qual é o aumento que teve? E teve, sim! Em torno de 7 a 8%. Por quê? Porque o IPVA de 2,5% é aplicado ao valor venal do veículo. E, segundo a FIPE, traz uma tabela com uma correção de aumento, porque tivemos aumento nos veículos em relação ao ano anterior.

Portanto, se você tem um carro do ano que está taxado em 30 mil vai ter 2,5% em cima de 30 mil. Se o carro passa a ter uma majoração, por exemplo, de 10%, é natural que o IPVA aumente 10%. Por quê? Porque são 2,5% sobre o valor venal. Portanto, não tivemos aumento no IPVA e sim, reajuste na tabela de venda dos veículos, que é uma tabela da FIPE, só reajustado de acordo com a tabela e não há por que darmos aqui uma redução que vai causar transtornos nos cofres públicos do Estado e, repito, dos Municípios.

Portanto, encaminhamos contrariamente às duas Emendas já que temos a menor taxa de IPVA de todo território brasileiro. Portanto, a liderança indica votação **não** às duas emendas.

O SR. FERNANDO RIBAS CARLI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

A emenda que foi apresentada pelos Deputados de Oposição - que visa isentar os veículos ciclomotores, veículos de duas rodas até 150 cilindradas, - na verdade vai ao encontro do pequeno, do microempresário, do trabalhador, daquele que não consegue um emprego com carteira assinada, que faz da sua moto de 125, de 150 cilindradas seu instrumento de trabalho, que vara noite, que enfrenta a chuva, a tempestade, levando o documento, levando alimentação, movimentando a economia das nossas cidades, os motoboys.

A isenção do IPVA para esses veículos, Deputado Marcos Isfer, o senhor que foi Diretor-Geral do DETRAN sabe que representa uma parcela ínfima da arrecadação dos DETRANs. Então, nós queremos pedir aos Srs. Deputados que façam uma avaliação do trabalho que prestam esses motoboys, essas pessoas que trabalham com a sua motocicleta e que no final de semana quando conseguem, talvez, usem para o lazer a sua moto, mas que uso? Durante o dia e durante a noite é no trabalho!

E digo aos senhores: os Municípios vão ter perda de arrecadação? Talvez Deputada Cida Borghetti, mas insignificante, se avaliarmos a contrapartida que o trabalho desses que usam a sua moto de 125, de 150 cilindradas para trabalhar, resolvendo em parte um problema

social grave que temos em nosso País que é o do desemprego.

Creio que a isenção do IPVA para esses veículos, para essas motos, é um incentivo para o trabalho. Sem dúvida nenhuma, os Municípios não irão perder e nem o Estado, porque com certeza o dinheiro que não será recolhido no IPVA, será gasto talvez em algo que possa melhorar a qualidade de vida daquele que está em cima de uma moto levando a chuva no corpo, levando o sol na cabeça para desenvolver o seu trabalho, correndo riscos.

Digo como Prefeito que vou ser a partir do dia 1º de janeiro: Talvez a Prefeitura de Guarapuava tenha uma pequena queda de arrecadação, mas tenho convicção de que aqueles que trabalham, que estão reunidos na associação de motoboys, que exercem essa atividade que, creio nem regulamentada é, certamente este pouco recurso que o Tesouro do Estado deixará de arrecadar e que, por conseguinte, as Prefeituras também, porque o IPVA é dividido: 50% do Estado, 50% dos Municípios, talvez os Municípios percam, mas é muito pouco, como já disse, no que poderá representar o ganho para esses que desempenham essa função e que com isso estão diminuindo o índice de desemprego.

Gostaria de pedir aos Srs. Deputados que avaliem com carinho a votação. Pediria que votassem a favor desta emenda.

Se avaliarmos, a evolução da receita do Estado é crescente. O ICMS, que é o principal recurso do Estado, vem crescendo ano após ano, quadrimestre após quadrimestre. Se avaliarmos a execução orçamentária do Estado vamos ver o incremento que o Estado vem tendo na sua arrecadação de ICMS, que é o grande imposto, que representa a grande arrecadação do Estado. O IPVA nós estamos reajustando. Se somarmos a quantidade de motos até 150 cilindradas, é um número muito pequeno e o volume de recursos é pequeno. Não creio que o Estado do Paraná e que nenhum Município vá sofrer algum problema de falta de recursos não recebendo mais o IPVA de motos até 150. É uma questão de justiça.

Tenho certeza que o Governador Requião irá sancionar este projeto com esta emenda aprovada.

Está aí o Governador Requião com o programa “Luz Fraterna”, o “Leite das Crianças”, para aqueles que precisam. Para os motoboys talvez a isenção do IPVA seja o leite das crianças deles. Por que não ajudarmos esses pequenos? Há uma vontade, uma filosofia é a prática do Governo Requião.

Então, pediria aos ilustres Deputados para que posamos aprovar esta emenda e com isso dar uma isenção àqueles trabalhadores que todos nós conhecemos. Peço o voto SIM à emenda que isenta de IPVA as motos até 150 cilindradas.

O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, gostaria de dizer, primeiro, que esse dinheiro não fica no DETRAN; vai para os cofres do

Estado, transforma-se em obra, saúde e vai também para os Municípios.

Segundo, que não é tão pouco, Deputado Ribas Carli. Apenas nesses veículos abaixo de 150 cilindradas, teríamos alguma coisa em torno de 28 milhões, 30 milhões de reais, aproximadamente, dos quais, 15 milhões são dos Municípios pequenos, dos quais não podemos tirar.

Acho que V. Exa. poderia talvez sugerir, e tenho certeza que até o Governador Requião pode aceitar no ano que vem, que os proprietários de BMW, de Mercedes, de outros veículos paguem, aí, sim, talvez uma alíquota maior, diminuindo a alíquota daqueles motoboys como V. Exa. pretende.

Acho que não temos o poder de abrir mão da arrecadação do Estado, mesmo que V. Exa. considere muito pouco, mas para alguns Municípios, é bastante significativo.

O SR. NEIVO BERARDIN (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, considerando as argumentações do Deputado Ribas Carli e do Deputado Isfer, parece-me que é mais sensato ficarmos com as ponderações do Deputado Fernando Ribas Carli. Afinal, ele relatou bem o que representa essas questões dos motoboys. É pouco em relação ao que o DETRAN arrecada e nem sempre este Poder tem o conhecimento de quanto arrecada, onde é aplicado esse dinheiro, se é repassado pelo Poder para a conta 00 que é conta do Estado. Sei que Santa Catarina paga uma alíquota menor do que o Paraná paga, de 2,5%. Santa Catarina paga 2%.

Então, não é o Estado que menos cobra em relação ao IPVA e quero antecipar aqui o meu voto em favor da proposta do Deputado Ribas Carli.

O SR. RENI PEREIRA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente nós temos duas emendas, uma como já foi explanado pelo Líder do Governo, seria além de tudo um prejuízo muito grande, não só para o Estado do Paraná como também para os Municípios, e nós não podemos estar causando prejuízo aos Municípios.

Agora, em relação à segunda emenda, da Bancada da Oposição, que prevê uma redução de 5% na base de cálculo, gostaria de fazer um pedido ao Líder do Governo, para que no início do próximo ano alterássemos essa legislação, pelo menos impossibilitando que haja o aumento do valor do IPVA dos veículos usados.

Todo ano é a mesma história - os proprietários de veículos usados sentem-se surpreendidos e até certo ponto não entendem, como é perfeitamente compreensível, não têm uma explicação lógica, porque o carro deprecia em uma ordem de 10% ao ano e todo ano há um aumento do IPVA na ordem de aproximadamente 5%!

Fica aqui o pedido ao Líder do Governo, para que estudemos algum mecanismo e alteremos essa lei, logo

no início do ano, para que não se cometa injustiça e para que o povo do Paraná não fique constrangido e na dúvida de não entender porque o seu carro desvaloriza e o IPVA, ano após ano, aumenta.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Para encaminhar concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, estamos falando de um lançamento do IPVA da ordem aproximada de 500 milhões de reais. Para o Estado, sem dúvida alguma, e para os Municípios, uma quantia significativa. Talvez, proporcionalmente, muito mais significativo será para o motociclista que tem uma moto até 150 cilindradas, ter que desembolsar cerca de 126 reais para pagar o IPVA. Para ele isso sem dúvida alguma é muito significativo. Para o Estado, dentro de 500 milhões de reais, penso que seja uma quantia insignificante para que ele abra mão dessa receita. Poderíamos aqui dizer: o Estado não pode abrir mão da receita, porque os motociclistas, os motoqueiros, os motoboys trabalham. Quantas são as pessoas que trabalham?

Vejam, Srs. Parlamentares, é melhor 610 milhões de reais, que é a estimativa de arrecadação de ICMS.

Sr. Presidente, o Estado não quer abrir mão, Deputado Ribas Carli, do tributo referente às motocicletas até 150 cilindradas. Mas, por qual razão o Estado, no artigo 1º, no parágrafo único, diz que para efeito da incidência do imposto considera-se veículo automotor, qualquer veículo terrestre dotado de força motriz própria de qualquer tipo. Pasmem V. Exas., o Estado está dizendo: Eu vou cobrar dos motociclistas e dos motoboys, mas não vou cobrar dos aviões, sejam eles táxi-aéreo, sejam eles aviões de uso particular. Quer o legislador que o Estado cobre do motociclista, mas quer também o legislador, pergunto a V. Exas., iates e grande barcos?

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Deputado Durval Amaral, há uma decisão judicial que proibiu a cobrança de IPVA de aeronaves e de navios, barcos ou naves fluviais e marítimas.

O SR. DURVAL AMARAL

Não é isso que diz a própria exposição de motivos!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicito, que quando o Parlamentar estiver encaminhando, que os demais que quiserem encaminhar, aguardem, em inscrição.

O SR. DURVAL AMARAL

Contribuiu bastante o Deputado Rafael Greca, porque o próprio Governo, na exposição de motivos - acho que a palavra do Governador na mensagem tem fé pública - fala que existem liminares e que são tributos, lançamentos de difícil arrecadação. A própria Receita

Estadual, através da Coordenadoria da Receita do Estado, admite que é de difícil arrecadação. Sem dúvida alguma os motociclistas não têm os mesmos poderes jurídicos que detêm os donos de aviões, que buscam na Justiça, através de liminares, impedir o pagamento do IPVA.

Essa ineficiência do Estado de cobrar um imposto não pode eximir o contribuinte do pagamento, mas, se o Estado pode praticamente isentar os donos de aviões e barcos, por que não isentar aqueles nossos trabalhadores que com motocicletas fazem o seu serviço dia-a-dia, se expondo aí os motoboys e os mototaxistas? Até porque os valores são ínfimos e não iria prejudicar de maneira substancial a arrecadação do Estado.

E com relação à outra emenda nossa, da Oposição, essa me parece uma emenda pacífica. Todos nós sabemos, até porque todos somos proprietários de veículos, que existe uma desvalorização ano a ano nos preços dos veículos. Todos nós sabemos que quando qualquer cidadão vai a uma concessionária e compra um veículo, na compra ele já perde de 15 a 20% do valor de mercado. Isso é pacífico! E a nota fiscal, com um deságio, salvo engano, de 15% é o valor da base de cálculo do IPVA - o próprio Estado já confere esse desconto. Agora, não podemos, em hipótese nenhuma, admitir que um veículo 2001 possa valer em 2004 o mesmo que ele vai valer em 2005, ou mais! Todo veículo usado sofre uma depreciação em torno de 10% ao ano. Isso é notório! Qualquer concessionária que você for trocar o seu veículo, sempre ano após ano esse veículo é mais barato. Então, o que fez o Estado?

Concordo, a alíquota de 2,5% realmente é uma das mais baratas do Brasil. Para não aumentar a alíquota e para não perder o discurso, o Governo aumentou a base de cálculo do imposto, aumentando efetivamente o imposto e a carga tributária do cidadão e do contribuinte paranaense.

Então, não podemos admitir, por exemplo, com os veículos populares e vou citar aqui o veículo Celta ano 2002, que teve a base de cálculo no lançamento de 2004 de R\$ 13.912,00, possa ter a mesma base de cálculo alterada para 2005, aumentando o valor desse carro para R\$ 15.019,00. É um disfarce do Governo para aumentar a carga tributária, senhores. Um aumento de 7,9%. Ao invés de decrescer o imposto, nós estamos aumentando!

Um outro caso é um veículo Palio ano 2002, que tinha a base de cálculo de R\$ 12.072,00 e foi majorado o imposto para 2005 em R\$ 13.204,00, aumentando a base de cálculo em 9,3%. E assim podemos exemplificar vários veículos e, por exemplo, o Gol teve uma majoração de R\$ 12.257,00 na sua base de cálculo, para R\$ 12.712,00. Quer dizer, isso é inquestionável: o Governo está aumentando a carga tributária.

Então, o que estamos propondo?

Nada mais razoável. Poderia ser muito correto e justo até mesmo para com a sociedade aplicarmos um desconto linear, porque essa é a depreciação ano a ano de cada veículo, em torno de 10%. Nós não fizemos isso,

porque sabemos que a economia está relativamente estabilizada. Propusemos, única e exclusivamente, um desconto na base de cálculo, ou seja, na tabela do imposto que serve como base de cálculo linear de 5% e não demos esse desconto somente para aqueles que vão pagar a vista o imposto, mas para toda e qualquer condição. Ou seja, quem paga a vista tem 15% de desconto, quem paga em fevereiro tem 5% de desconto e aqueles que parcelam também vão ter o mesmo benefício. Não vamos reduzir a base de cálculo, então o imposto se tornará mais barato linearmente 5% para todo mundo; mantemos os descontos já previstos na mensagem do Governo. Acho que é muito claro que não podemos majorar o imposto, a carga tributária. Do jeito que o Governo está fazendo, ele está disfarçando o aumento, está aumentando a carga tributária, vai onerar o contribuinte, os donos de veículos no Estado do Paraná. Isto para mim já está claro, é um desconto linear na base de cálculo.

Todos nós conhecemos que cada veículo se desvaloriza em torno de 10% ao ano e não adianta o Governo vir aqui dizendo que o ano que vem o veículo vai estar mais caro. É um exercício de futurologia que não existe! Só se a inflação disparasse! Já elogiamos tanto aqui a administração do Presidente Lula, estamos vivendo em uma economia estabilizada. Se é economia estabilizada a única tendência é de desvalorização dos veículos em 10% ao ano. E com relação à nossa outra emenda, se o Governo pode não tributar a aeronave, as embarcações, por que então não isentarmos os proprietários de motocicletas até 150 cilindradas, que são efetivamente aqueles que usam as motocicletas como instrumento de trabalho? Parecem-me bastante justas as duas emendas da Oposição.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Para Encaminhar, o Sr. Rafael Greca de Macedo.

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados. As duas emendas da Oposição, de acordo com o relatório da Coordenação de Receita do Estado, trariam uma renúncia de arrecadação de perto de 59 milhões de reais, 58,7 milhões de reais. A primeira emenda, a relativa aos motoqueiros, uma renúncia de arrecadação de 27,5 milhões de reais. Dividido por 2, 13,7 milhões, ou seja 14 milhões de reais a menos para os Municípios, Deputado Durval Amaral, os Municípios deixam de receber 14 milhões! A segunda emenda o Governo não inventou dado nenhum, ele é referente à tabela da Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas de São Paulo, é uma Fundação idônea de credibilidade nacional e internacional. É uma tabela aceita de âmbito nacional e que é a base do cálculo do IPVA deste ano. A renúncia na segunda emenda daria 31,2 milhões de reais, ou seja, menos 15 milhões e 600 mil reais para os Municípios. Somando 16 milhões da segunda emenda com 14 milhões da primeira, se a Assembléia der oitiva à Oposição, teremos 30 milhões de

reais a menos na arrecadação do Estado do Paraná! Ora, fui Prefeito de Curitiba e sei que o Governo ruim é Governo pobre!

Então, apelo à Assembléia que não vote a favor das emendas da Oposição. Quanto ao aspecto humanitário em relação aos motoqueiros profissionais, que podiam bem ser dispensados de IPVA no exercício da sua função profissional quando autônomos, eu sugeriria a elaboração de um projeto específico, que inclusive permitisse o seu registro no DETRAN como motoqueiros, para serem inclusive protegidos de especulação e de exploração.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação o Projeto 421/2004 ressalvadas as Emendas. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda 1 com parecer favorável da CCJ, que acrescenta as duas rodas no artigo 14 parágrafo 11 e duas rodas com até 150 cilindradas. Srs. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

O SR. NATÁLIO STICA

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Verificação de votação. Srs. Deputados que aprovam a emenda: sete.

Deputados que rejeitam a emenda: 23.

Rejeitada a emenda.

Em votação a Emenda nº 2...

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu tenho também em mãos aqui o estudo da Coordenação da Receita do Estado, um estudo muito bem elaborado, muito bem feito, dito aqui pelo ilustre Deputado Rafael Greca.

Entretanto não se trata de uma renúncia ou de uma perda de receita, em hipótese alguma, porque na verdade o Estado não estaria perdendo; o Estado está cobrando a mais, está cobrando de forma indevida, está lançando com a base de cálculo majorada! Ele quer arrecadar com a sede arrecadadora que tem o fisco estadual, mas isso não pode recair sobre a parte mais frágil que é o contribuinte do nosso Estado, em hipótese alguma!

Quando se fala no estudo da FIPE, todos sabemos aqui que o mercado de automóveis no Estado de São Paulo é muito mais competitivo e muito mais valorizado do que o do Estado do Paraná e nenhum de nós aqui, cidadãos, como Parlamentares ou não, simplesmente como contribuintes podemos ignorar o fato que há uma depreciação em cada veículo usado na ordem de 10% ao ano, isso é fato! O que o Governo está fazendo?

Está aumentando a base de cálculo para cobrar mais, quer dizer, aí vem o Estado dizendo: "Eu vou deixar de arrecadar".

Não, ele está cobrando mais! Ele está efetivamente tirando do contribuinte de uma maneira indevida, ele não

aumentou a alíquota para 3% e compensou aumentando a base de cálculo!

Agora resta aos Srs. Parlamentares, se o Parlamento do Paraná quer punir o contribuinte do nosso Estado com o IPVA, majorado o IPVA, dizendo que um veículo que vai custar no ano que vem 10 mil, que o valor real de mercado é 10 mil e de repente, para a base de cálculo é de 12 mil, a Assembléia vai ser cobrada por isso! Vai ser cobrada e vão ser responsabilizados todos nós Parlamentares, porque na hora que o cidadão for lá e ver que o carrinho dele, o Golzinho dele está lançado um imposto de R\$ 12.000,00 e vale R\$ 10.000,00 ele vai fazer conta, quem votou esta lei? Foram os Srs. Parlamentares. E nós não podemos admitir!

O Governo faz isso de caso pensado, imaginou que a Assembléia Legislativa não fosse perceber este aumento disfarçado na base de cálculo de imposto que faz com que todo e qualquer contribuinte do Estado do Paraná, devedor do IPVA, tenha que pagar mais imposto.

Eu acho até que a emenda dos motociclistas era uma questão mais polêmica e mais questionável, mas esta vai no bolso dos contribuintes do IPVA do Estado do Paraná. Eles estão majorando com uma tabela que é feita no Estado de São Paulo uma tabela onde o valor do carro é maior do que no Estado do Paraná e ninguém aqui pode negar que a desvalorização do veículo usado é de 10% ao ano, de qualquer marca! E com relação aos veículos novos, Sr. Presidente, já está resguardado, é o valor da nota fiscal com 15% de desconto!

Então faço este encaminhamento apelando para o bom senso dos Srs. Parlamentares que serão cobrados em praça pública pela valorização do imposto. Faço esse apelo porque o encaminhamento de votar contra essa emenda, vai impor a base e eu concordo com isso, é um ônus ser Governado, mas vai impor um ônus desnecessário, porque o Governo já está arrecadando muito mais do que em anos anteriores. A Receita é crescente. Se quiséssemos fazer uma emenda de cunho demagógico, teríamos colocado uma redução de vinte por cento na tabela, na base de cálculo. Não fizemos. Colocamos única e tão somente o valor de 5%. Ainda ficará a tabela acima do valor real e do valor venal de cada veículo usado. O contribuinte ainda vai pagar mais do que o mercado do carro paga. Nós quisemos ter equilíbrio para possibilitar a aprovação dessa emenda.

Por isso, peço a V. Exa. e aos Deputados da Base do Governo, para que entendam o clamor, porque todos nós seremos cobrados nas ruas, porque quando o cidadão for pagar o IPVA, vai falar que o carro, no mercado, vale cinco mil e estão fazendo a base de cálculo, seis mil reais. O meu carro vale dez, então, a base de cálculo é doze mil reais? O meu carro vale vinte, a base de cálculo é vinte e quatro mil reais? Olhem, nós vamos sofrer bastante e seremos muito cobrados em função do aumento da base de cálculo do IPVA para o ano de 2005.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, estava revendo a tabela. Está correta, traz os valores que a FIPE aponta para os veículos no ano de 2004 com a sua regressão.

Ora, tem razão o Deputado Durval quando aponta que para o ano de 2005 que de fato e efetivamente vai ser aplicado, acaba não tendo nenhum percentual de redução pelo desgaste natural do veículo. Quer me parecer que esta tabela, se fosse aplicada hoje, está correta, mas para a sua aplicação futura, que é no ano vindouro, me deixa numa dúvida e como não quero cometer injustiças e tem o Governador Requião o poder do veto, se comprovar que a tabela vigente para 2005 é coerente com o que aqui está escrito, nós vamos manter o veto do Governador. Teremos até lá tempo para, de fato, saber se essa tabela é a mais correta para 2005 ou então, para este ano.

Diante deste fato e não querendo cometer injustiças eu vou liberar a Bancada para votar de acordo com a sua consciência e vou me permitir votar pela emenda do Deputado Durval para ter tempo de analisar, se vier um veto em cima dessa tabela, para não cometermos uma injustiça com o povo do Paraná que eu tenho certeza, não é esse o objetivo do Governador Requião.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Concedo a palavra ao Deputado Ailton Araújo, para encaminhar.

O SR. AILTON ARAÚJO

Sr. Presidente. Srs. Deputados, quero cumprimentar a iniciativa do Líder do Governo ao liberar a Bancada, mas vim fazer uso da palavra para fazer a seguinte colocação: Trata-se de uma questão de justiça e uma questão de coerência. Se não devemos tirar dinheiro do Governo, também não devemos tirar dinheiro do povo. Não pode o mais pobre, o contribuinte, o mais humilde, ser sufocado pelo mais forte.

Por essa razão, eu não entendo que no próximo ano se pague mais do que no ano que passou.

Então, por uma questão de justiça e coerência, estou pedindo aos Srs. Deputados, que votem com essa emenda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação a Emenda nº 2.

O SR. ELIO RUSCH (Para Encaminhar)

Eu fiz um cálculo rapidamente, Deputado Stica, conforme a informação prestada, houve um aumento na tabela, algo em torno de 8,7%.

Vamos pegar por base um carro que custasse 10 mil reais. Foi majorado em 8,7%. Automaticamente ele custaria este ano, 10 mil 870 reais. Há uma emenda proposta pela Oposição, na redução de 5% sobre a tabela

apresentada pelo Governo do Estado. Você aplicando sobre 5% sobre 10 mil 870 reais, teria um desconto de 543 reais.

Ora se um aumento proposto pelo próprio Governo é de 870 reais, e nós estamos propondo desconto de 543 reais, desses 870 ainda sobrariam 327 reais, de aumento sobre essa tabela.

Então na verdade, Deputado Stica, ainda ficaria uma majoração de quase 4% sobre a tabela que foi aplicada este ano, para o próximo ano. Eu não vejo o porquê de nós não acolhermos essa emenda.

Por causa disso vamos aprová-la, para que seja efetivamente aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação a Emenda nº 02.

O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)

Sr. Presidente a emenda não é aditiva, portanto se ela for incorporada ao projeto, ela não tem como ser modificada posteriormente.

Isso pode causar um prejuízo irrefutável ao Tesouro Estadual, de forma que eu quero aqui, conversando com o Deputado Durval Amaral - para que não cometamos um erro que depois não tenha como corrigir - solicitar aos nossos nobres Deputados que votemos contrários à emenda.

Segunda-feira vamos trazer aqui o Secretário da Fazenda, para que ele possa nos dar os dados técnicos, para que não cometamos um erro que depois a gente não consiga corrigir.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Será feita a verificação de votação. Os Deputados que aprovam a emenda, queiram levantar-se.

O SR. NATÁLIO STICA (Questão de Ordem)

A Liderança liberou a Bancada para votar como quiser.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Nove Deputados aprovam a emenda.

Os Deputados que rejeitam a emenda, queiram levantar-se. Vinte e dois Deputados rejeitam a emenda.

Está **rejeitada**.

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 315/2004, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que autoriza a doação dos lotes que especifica à Prefeitura de Foz do Iguaçu. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 315/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu, os lotes de nºs 3-C-07 e 502, registrados sob matrículas nºs 15.198 e 15.197, respectivamente, no Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição da Comarca de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único - A doação dos imóveis, a que se refere o *caput* deste artigo, deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo os lotes serem utilizados, única e exclusivamente para implantação de um centro de comercialização de artesanato e de um centro de apoio e informações ao turista, sob pena de reversão dos imóveis ao patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(a) ADEMAR TRAIANO
Presidente e Relator

ITEM 06

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 324/2004, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, que altera dispositivo da Lei nº 14.470/2004, de 27 de dezembro de 2004, que autoriza o pagamento do Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Diretos, criado pela Lei nº 8.927, de 28/12/1988, alterado pela Lei nº 10.064, de 17/07/1992, (com precatórios de natureza alimentícia). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda da CCJ. Aprovada a emenda de Plenário.**

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 371/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Padre Paulo Campos, que acrescenta letra "T" ao artigo 14, inciso II, da Lei nº 11.580/96 (ICMS). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 067/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que dispõe sobre a utilização do Gás Natural Veicular (GNV) no transporte público estadual. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM

EMENDA DA CCJ. COM EMENDA DA CF. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA DE PLENÁRIO AO
PROJETO DE LEI Nº 067/2004

P A R E C E R :

Relatório

O Projeto de Lei nº 067/2004, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Estadual Marcos Isfer, tem por escopo tornar obrigatório no transporte público do Estado do Paraná a utilização de gás natural como meio de combustível, enquanto que a emenda apresentada em plenário altera o artigo 1º acrescentando a mencionada obrigatoriedade no transporte público intermunicipal do Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se, conforme artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, e diante da síntese supra, resta-nos analisar constitucionalmente o texto do projeto de lei em epígrafe, diante do que não se vislumbra inconstitucionalidades, conforme depreende-se do artigo 53 inciso VI da Constituição Estadual a saber:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado especificamente:

VI - normas suplementares de direito urbanístico, bem como de planejamento e execução de políticas urbanas.”

Ademais, apura-se também da justificativa do presente projeto, que uma das preocupações do legislador é com relação à poluição atmosférica, o que com o gás veicular passa por uma significativa diminuição, levando-nos a salientar que tal preocupação traduz em matéria de competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme se apura da Constituição Federal:

“Art. 23 - É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.”

Conclusão

Em análise técnica jurídica da emenda de Plenário ao projeto de lei em epígrafe não se verifica inconstitucionalidade, desse modo sendo o voto do relator submetido à apreciação dos nobres colegas Parlamentares apresentando parecer favorável à Emenda de Plenário ao Projeto de Lei nº 067/2004.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari, Nelson Justus, Durval Amaral, Antonio Anibelli, Marcos Isfer e Pastor Edson Praczyk.

Aprovado o projeto, artigo por artigo.

Emenda da Comissão de Finanças. **Aprovada.**

Emenda de Plenário. **Aprovada.**

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 336/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que altera a Lei nº 14.427, de 07 de junho de 2004, que dispõe o uso do aparelho desfibrilador. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 82/2004, de 14/09/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 336/2004

P A R E C E R :

Histórico

Projeto de Lei nº 336/2004, de autoria do ilustre Deputado Pastor Edson Praczyk, altera dispositivos da Lei nº 14.427, de 07 de junho de 2004, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador.

Fundamentação

O projeto de lei em tela visa alterar incisos do artigo 2º da Lei nº 14.427, relativos ao aumento de números de pessoas que freqüentam ambientes como estádios de futebol, ginásio de esportes, clubes sociais e esportivos, centros de eventos e exposições, teatros, casas de espetáculos e cinemas. Ao suprir o inciso VIII do artigo 2º da Lei nº 14.427, por não haver um critério específico quanto ao número de freqüentadores nos ambientes citados, torna a lei exequível em nosso Estado.

Conclusão

A proposição não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, devendo seu mérito ser discutido por esta Casa de Leis. Razão pela qual, opino favoravelmente à regular tramitação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23.11.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
CHICO NOROESTE - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PROJETO DE LEI Nº 336/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Pastor Edson Praczyk, tem por objetivo alterar a Lei nº 14.427, de 07 de junho de 2004, que dispõe sobre o uso do aparelho desfibrilador.

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade.

Chamada a opinar, a Comissão de Saúde acompanha o entendimento da CCJ e do autor, apresentando parecer

favorável na forma do Substitutivo Geral, em anexo, que acrescenta alteração ao inciso V, da Lei nº 14.427/2004.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente
NELSON TURECK - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 336/2004

Art. 1º - Ficam alterados os incisos IV, VI, VII e IX do artigo 2º da Lei nº 14.427 de 07 de junho de 2004, que passam a ter a seguinte redação:

“IV - os estádios de futebol e ginásio de esportes, com capacidade superior a 2.000 (duas mil) pessoas;

V - as instituições de ensino superior com concentração superior a 2.000 (duas mil) pessoas, por sede e por turno;

VI - os clubes sociais e esportivos ou academias de ginástica com concentração superior a 2.000 (duas mil) pessoas/dia;

VII - os centros de eventos e exposições com concentração ou circulação superior a 2.000 (duas mil) pessoas/dia;

IX - os teatros, casas de espetáculos, cinemas, com concentração superior a 1.000 (mil) pessoas/dia.”

Art. 2º - Fica suprimido o inciso VIII, do artigo 2º da Lei nº 14.427/2004.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) DR. LUCIANO DUCCI - Presidente
NELSON TURECK - Relator

Apoiamento:

Nelson Justus e 1 ilegível.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2004, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, que declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social dos Campos Gerais - ASCG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **(Publ. no DA nº 102/2004, de 16/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 416/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, declara de Utilidade Pública a Associação de Assistência Social dos Campos Gerais - ASCG, com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de

acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Aprovado.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Recebi agora um telefonema de fazendeiros lá de Paranapoema. Existem duas fazendas invadidas pelo MST e pelo MRT. E a mobilização que está acontecendo agora é que existem mais de 1500 pessoas nas estradas em Paranapoema e Jardim Olinda prontas para invadirem outras fazendas na região.

Queria registrar aqui nos Anais da Casa, que os fazendeiros e os moradores dessas cidades vão enfrentar o MST. Queria pedir o apoio do pessoal ligado ao PT, do pessoal ligado ao Movimento Ruralista, dos fazendeiros aqui, porque essas fazendas estão na iminência de serem invadidas hoje; são fazendas já vistoriadas pelo INCRA, são fazendas que passaram pelos índices do INCRA mais de 200%, pelo índice que é não só regulamentado pelo INCRA, mas que estão na iminência de serem invadidas no dia de hoje.

Por isso, peço a ajuda de V. Exa. vou ligar para o Secretário da Segurança, mas infelizmente nós temos esse problema iminente de hoje para amanhã, no máximo para o final de semana. Acho que muitas pessoas vão sofrer neste momento e com certeza neste mês ainda.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está registrada nos Anais da Casa a preocupação de V. Exa. Também o Presidente entrará em contato com o Secretário da Segurança e com o Governador Roberto Requião, e fazemos um apelo aqui ao Deputado Presidente do PT Estadual, Deputado André Vargas, que nos ajude a resolver essa questão entre proprietários e o Movimento.

O SR. TADEU VENERI (Pela Ordem)

Apenas para registrar, em que pese, e acho que é pertinente a preocupação do Deputado Kielse, não falo como Líder do PT, mas como membro da Comissão da Terra, que junto com outros Deputados visitou diversas áreas aqui no Estado do Paraná, eu acho que não só o PT, mas todos os Partidos têm responsabilidade de evitar todos os conflitos, na medida em que isso seja possível. Acho necessário que se registre que o PT não tem nem poderia ter e felizmente, não tem nenhum tipo de ingerência ou nenhum tipo de controle sobre movimentos sociais, que têm que ser resolvidos entre os setores envolvidos, e não vão ser nem PT, nem PMDB, bem PFL, nenhum Partido com acento nesta Casa poderá fazer uma ingerência. Aliás, não é esta a proposta do Deputado

Kielse. Entendo que é no sentido de buscarmos uma mediação.

E, como mediação, Deputado Kielse, pode ter certeza de que naquilo que nos couber, nós vamos fazer, porque nem ao senhor, nem a nós e nem a nenhum Deputado interessa um conflito, e muito menos que tenhamos vítimas.

O SR. CLEITON KIELSE (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu queria dizer ao Deputado Tadeu Veneri, intervenção imediata, porque a mobilização que está ocorrendo em Itaguajé, Jardim Olinda, em Paranapoema, neste momento. E que os moradores da cidade vão confrontar, também, com o movimento, porque essas fazendas, além de serem extremamente produtivas, dão mais de 200 empregos diretos para os moradores da cidade, e a grande maioria desses invasores nem são do Estado do Paraná. São pessoas oriundas de outros Estados, que estão lá arrendando áreas invadidas para outros fazendeiros plantarem. Nossa preocupação é muito grande e peço ajuda a V. Exa.

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/2004, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, que declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Kaloré, com sede e foro no Município de Kaloré. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2004, de 16/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 419/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, declara de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Kaloré, com sede no Município de Kaloré e foro no Município de Jandaia do Sul.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, somos de parecer favorável na forma da emenda substitutiva geral anexa, para melhor adequá-lo às normas legislativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 419/2004

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o Asilo São Vicente de Paulo de Kaloré, com sede no Município de Kaloré e foro no Município de Jandaia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 432/2004, de autoria do Deputado Doutor Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais, com sede e foro no Município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 105/2004, de 22/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 432/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Doutor Luciano Ducci, declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais, com sede e foro no Município de Paranavaí.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 01.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que introduz alterações na Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 107/2004, de 23/11/2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 436/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 436/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, introduz alterações na Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.

Fundamentação

O projeto visa criar novas possibilidades de aproveitamento de crédito de ICMS.

A Assembléia Legislativa pode legislar sobre a matéria, conforme o artigo 53 da Constituição Estadual:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre

todas as matérias de competência do Estado especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;”

Desta forma, o projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional.

A redação do artigo 25 parágrafo 10 deve ser corrigida para ser retirada a expressão “no mínimo”, deixando o texto legal de acordo com a melhor técnica de redação legislativa.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA CORRETIVA DA CCJ AO
PROJETO DE LEI Nº 436/2004

O parágrafo 10 do artigo 25 passa a ter a seguinte redação:

“§ 10 - Ressalvadas as demais formas de aproveitamento de créditos de ICMS prevista na legislação tributária, os créditos acumulados de qualquer origem poderão ser utilizados nas seguintes hipóteses:

“*omissis*”

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Apoioamento:

Duílio Genari.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 436/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, da lavra do Deputado Hermas Brandão, objetiva introduzir alterações na Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável, na forma de Emenda Corretiva.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum óbice quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 448/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi, que dispõe que o Poder Executivo compensará dívidas de devedores dos “ativos” adquiridos pelo Estado do Paraná, oriundos do Banco do Estado do Paraná com precatórios contra a Fazenda Pública Estadual, conforme especifica. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CF. Aprovado. (Publ. no DA nº 112/2004, de 29.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 448/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 448/2004, de autoria dos Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi, dispõe que o Poder Executivo compensará dívidas de devedores dos “ativos” adquiridos pelo Estado do Paraná, oriundo do Banco do Estado do Paraná S/A, com precatórios contra a Fazenda Pública Estadual, conforme especifica.

Fundamentação

O projeto visa propiciar a compensação de valores devidos pelo Estado com precatórios da Fazenda Pública.

A Assembléia Legislativa pode legislar sobre a matéria, conforma o artigo 53 da Constituição Estadual:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas;”

Desta forma, o projeto não apresenta óbice de natureza legal e constitucional.

A redação do artigo 2º deve ser modificada, substituindo-se a expressão “devendo” pela expressão “podendo” propiciando ao requerente a possibilidade de parcelar o saldo remanescente em até doze vezes.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

EMENDA MODIFICATIVA DA CCJ, AO
PROJETO DE LEI Nº 448/2004

A redação do artigo 2º passará a ser a seguinte:

“Art. 2º - A compensação restringir-se-á a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor devido pelo requerente, podendo o saldo remanescente ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pela taxa referencial - TR acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano até a data do protocolo do requerimento de compensação, abatidos os valores pagos durante o período.”

Sala das Comissões, em 07.12.2004.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 448/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei é da lavra dos Srs. Deputados Hermas Brandão e Alexandre Curi, que dispõe que o Poder Executivo compensará dívidas de devedores dos “ativos” adquiridos pelo Estado do Paraná oriundos do Banco do Estado do Paraná S/A, com precatórios contra a Fazenda Pública Estadual, conforme especifica.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum óbice quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação, na forma do substitutivo geral.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(a) ELIO RUSCH
Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
SUBSTITUTIVO GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 448/2004

Art. 1º - Os créditos pertencentes ao Estado do Paraná, relativos aos “Ativos” adquiridos pelo Estado do Paraná do Banco do Estado do Paraná S/A, por força do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob condição, celebrado em 30 de junho de 1998, entre a União e o Estado do Paraná, com a interveniência do Banco do Estado do Paraná S/A e do Banco Central do Brasil, ajuizados ou não, sob gestão da Agência de Fomento do Paraná S/A, poderão ser objeto de compensação com precatórios vencidos e inscritos no Orçamento do Estado do Paraná, observado o valor da data do requerimento de compensação.

§ 1º - Os precatórios apresentados para fins de compensação, deverão ser expendidos, processados, deferidos e registrados pelo Tribunal competente, não podendo sobre os mesmos haver pendência de recurso judicial de qualquer espécie.

§ 2º - Os precatórios terão o seu valor atualizado monetariamente e com a incidência de juros até a data do protocolo do requerimento de compensação, respeitando-se os critérios da sentença judicial.

§ 3º - Para os efeitos desta lei, os precatórios, a critério de seu titular, poderão ser cedidos por instrumento público, integral ou parcialmente, a terceiros,

detentores de débitos para com o Estado do Paraná, decorrentes de “Ativos” adquiridos do Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 2º - A compensação restringir-se-á a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor devido pelo requerente, devendo o saldo remanescente ser pago em até 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, corrigidas monetariamente pela taxa referencial - TR acrescidas de juros de 6% (seis por cento) ao ano, sendo vedada a concessão de prazo de carência.

§ 1º - Para fins de cálculo do valor da(s) operação(s) a ser(em) compensada(s), adotar-se-á o valor de aquisição pelo Estado do Paraná corrigido(s) monetariamente pela taxa referencial - TR acrescido(s) de juros de 6% (seis por cento) ao ano até a data do protocolo do requerimento de compensação, abatidos os valores pagos durante o período.

§ 2º - Quando os encargos contratuais pactuados vigentes forem mais favoráveis ao devedor, para fins de cálculo adotar-se-á o valor de aquisição pelo Estado do Paraná acrescidos dos encargos previstos contratualmente até a data do protocolo do requerimento de compensação, abatidos os valores pagos durante o período.

§ 3º - O não pagamento da(s) parcela(s) devida(s) referente ao saldo remanescente por parte do requerente, implicará na imediata propositura das medidas judiciais cabíveis por parte da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 3º - O requerimento para compensação será protocolado na Agência de Fomento do Paraná S/A, gestora dos “Ativos” do Estado do Paraná e sujeitar-se-á a exame de admissibilidade pela Procuradoria Geral do Estado, a qual poderá indeferi-lo, fundamentadamente.

Art. 4º - O pedido de compensação será encaminhado ao Comitê de Gestão e Controle, criado pelo Decreto Estadual nº 3.764, de 23 de março de 2001 ou seu sucessor, o qual aprovará ou não, após o exame de admissibilidade realizado pela Procuradoria Geral do Estado os requerimentos de compensação de dívidas com precatórios requisitórios.

§ 1º - O pedidos de compensação referentes a valores objeto de demanda judicial, se aprovados, serão encaminhados ao Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado para deliberação.

§ 2º - Deferido o pedido de compensação, o titular do precatório ou cessionário, no prazo de 10 (dez) dias, informará ao Juízo da compensação operacionalizada e efetuará o pagamento do saldo remanescente da forma aprovada.

Art. 5º - A extinção dos débitos, realizada na forma desta lei, não dispensará o devedor do pagamento das despesas processuais e tampouco dos honorários advocatícios de sucumbência devidos à Procuradoria Geral do

Estado, quando a dívida a ser compensada for objeto de demanda judicial.

Parágrafo Único - Os honorários de sucumbência devidos, quando não arbitrados pelo Juízo, serão negociados diretamente com a Procuradoria Geral do Estado, limitados ao percentual de 10% (dez por cento) do valor da dívida compensada.

Art. 6º - Os benefícios previstos nesta lei não são cumulativos com outros já existentes, bem como, com outros que, porventura, venham a ser estabelecidos, prevalecendo o critério estabelecido no artigo 2º da presente lei.

Art. 7º - A compensação, nos termos desta lei, não será considerada para efeitos de repasse de valores para a União, uma forma de arrecadação de valores.

Art. 8º - A Secretaria de Estado da Fazenda observará, para fins de assentamentos contábeis da compensação, a ordem cronológica de apresentação dos precatórios, bem como as eventuais reduções de valores compensados na forma desta Lei, ficando o devedor, entretanto, quite com a obrigação compensada.

Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(a) ELIO RUSCH

Presidente e Relator

Apoiamento:

Dobrandino da Silva.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 454/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que dispõe sobre o concurso para remoção nos serviços notariais e de registros. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 114/2004, de 30.11.2004).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 454/2004

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre o concurso para remoção nos serviços notariais e de registro.

De alta relevância o projeto de lei supra citado visa adequar a legislação estadual à legislação federal, mais especificamente à Lei nº 8.935/94, dando diretrizes para remoção nos serviços notariais e de registro.

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação deste projeto de lei, sendo nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.
(aa) HERMES FONSECA - Presidente
ANTONIO ANIBELLI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 454/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, da lavra do Deputado Alexandre Curi, dispõe sobre o concurso para remoção nos serviços notariais e de registro.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum óbice quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela qual, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 455/2004, de autoria do Deputado Ademir Bier, que dispõe sobre a estadualização do Colégio Agrícola Oeste do Paraná - Ensino Médio e Profissional, no Município de Palotina e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECE. **Aprovado. (Publ. no DA nº 114/2004, de 30.11.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 455/2004

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 455/2004, de autoria do Exmo. Sr. Deputado Ademir Bier, tem por desígnio dispor sobre a estadualização do Colégio Agrícola Oeste do Paraná - Ensino Médio e Profissional, no Município de Palotina e dá outras providências.

A referida proposição alega em sua justificativa que, ao realizar a estadualização, o Estado do Paraná estará beneficiando cerca de 45 Municípios da região Oeste do Estado, bem como cerca de 213 alunos. Ademais disso, estaria recebendo como doação uma área de 24,2 ha, em troca de assumir os débitos junto ao INSS, bem como a rescisão contratual dos funcionários.

Com a estadualização do referido educandário, certamente deverão ser contratados funcionários públicos para preencher o vazio que os antigos deixarão, uma vez que não poderão ser admitidos pelo Estado sem concurso público. Ademais disso, o projeto de lei transfere dívidas ao Estado do Paraná.

Porém por se tratar de projeto autorizatório, ficará a critério do Governador do Estado cumprir ou não as suas disposições. Em virtude disso, e verificando como benevolente o mérito do projeto de lei, manifestamo-nos de maneira favorável, em vista da constitucionalidade da matéria.

Deve-se lembrar que há ainda a necessidade de ser analisado pela Comissão de Finanças desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
MARCOS ISFER - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI Nº 455/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Ademir Bier, tem por desígnio dispor sobre a estadualização do Colégio Agrícola Oeste do Paraná - Ensino Médio e Profissional, no Município de Palotina.

A proposição já foi analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, que apresentou parecer favorável quanto à constitucionalidade e legalidade da mesma.

Chamada a opinar, a Comissão de Educação, Cultura e Esportes apresenta também, parecer favorável, entendendo que a proposição irá trazer grandes benefícios para a população de Palotina e à Prefeitura Municipal local.

Sala das Comissões, em 08.12.2004

(a) TADEU VENERI
Presidente e Relator

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 456/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que declara de Utilidade Pública o CEMIG - Creche Recanto do Amor, com sede e foro no Município de Umuarama. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 116/2004, de 01.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 456/2004

P A R E C E R :

O presente projeto de lei em tela de autoria do Deputado Nelson Garcia, declara de Utilidade Pública o CEMIG - Creche Recanto do Amor, com sede e foro no Município de Umuarama.

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 07.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

P A R E C E R :

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 13.212, de 29.06.2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carnes e adota outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 116/2004, de 01.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 457/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 457/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à legislação do ICMS incidente sobre carnes e adota outras providências.

Fundamentação

Segundo o artigo 4º da Lei 13.212/2001:

“Art. 4º - Poderá o estabelecimento de frigorífico que realizar o abate de gado bovino, bubalino ou suíno, ou aquele que tenha encomendado este abate, em substituição ao aproveitamento de quaisquer créditos, optar pelo crédito de importância equivalente à aplicação de 7% (sete por cento) sobre o valor de sua operação de saída de produtos resultantes do abate dessas espécies de gado, ainda que submetidos a outros processos industriais.”

O projeto visa excluir deste benefício as operações de saídas de couro, de pele e dos produtos deles resultantes e as operações de saídas destinadas ao exterior, sob o argumento de que a concessão de tais benefícios fiscais trazem prejuízos às empresas sediadas neste Estado.

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional, tendo a Assembléia Legislativa competência para legislar sobre a matéria nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente.”

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.”

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 457/2004

O presente plano de lei é da lavra do Sr. Deputado Hermas Brandão, que objetiva alterar a Lei nº 13.212, de 29 de junho de 2001, que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, incidente sobre carnes e adota outras providências.

A Comissão de Constituição e Justiça, já emituiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, o devido parecer favorável.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que, conforme a própria justificativa do autor, esclarece que tal propositura tem o objetivo de corrigir distorções econômicas presentes no agronegócio do couro, nascidas a partir da concessão de benefícios fiscais (crédito presumido) aos abatedouros de gado bovino e bubalino, que trazem prejuízo às empresas do setor sediadas neste Estado. Razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a Lei nº 11.580 de 14 de novembro de 1996. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 116/2004, de 01.12.2004).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 458/2004

P A R E C E R :

Histórico

O Projeto de Lei nº 458/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, altera a Lei nº 11580 de 14 de novembro de 1996.

Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal e constitucional, tendo em vista que pretende acrescentar as alíneas “u” e “v” ao inciso II, do artigo 14, da Lei 11580, 14 de novembro de 2004, incluindo na alíquota de 12% (doze por cento) os seguintes produtos: pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica, classificados nos Códigos 6910.10.00 e 6910.90.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, bem como, ladrilhos e placas de cerâmica.

A Assembléia Legislativa tem competência para legislar sobre a matéria nos termos do artigo 53 da Constituição Estadual que assim dispõe:

“Art. 53 - Cabe à Assembléia Legislativa, com sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

III - tributos, arrecadação e distribuição de rendas.”

Todavia, o projeto deve sofrer emenda uma vez que pretende incluir alínea que já existe no texto legal.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação, na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ, AO PROJETO DE LEI Nº 458/2004

O Projeto de Lei nº 458/2004 passará a ter a seguinte redação:

“Art. 1º - Ficam acrescentadas as alíneas “v” e “x” ao inciso II, do artigo 14, da Lei 11580, de 14 de novembro de 1996, com a seguinte redação:

v) pias, lavatórios, colunas para lavatórios, banheiras, bidês, sanitários e caixas de descarga, mictórios e aparelhos fixos semelhantes para uso sanitário, de porcelana ou cerâmica, classificados nos Códigos 6910.10.00 e 6910.90.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, MCM;

x) ladrilhos e placas de cerâmica, exclusive para pavimentação ou revestimento, classificadas nos códigos 6907 e 6908 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, MCM”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.”

Sala das Sessões, em 08.12.2004.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 458/2004

P A R E C E R :

O presente plano de lei, da lavra do Deputado Hermas Brandão, objetiva alterar a Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (ICMS).

A Comissão de Constituição e Justiça, já emitiu, quanto à constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa o devido parecer favorável, na forma de Emenda Substitutiva Geral.

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33 em seu parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, não encontrou nenhum óbice quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Razão pela que, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.12.2004.

(a) ELIO RUSCH - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2252, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.